

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.111 - PR (2018/0306271-9)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**EMBARGANTE : COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA**  
**EMBARGANTE : COPEL GERACAO E TRANSMISSAO S.A**  
**ADVOGADOS : REJANE MARA SAMPAIO D ALMEIDA - PR032641**  
**FABRÍCIO FABIANI PEREIRA E OUTRO(S) - PR031046**  
**EMBARGADO : TRADENER LIMITADA**  
**ADVOGADOS : WALDEMAR DECCACHE - SP140500A**  
**KAREN REGES SIERRA - SP185010**  
**RAFAELA TOLEDO MONTANINI ARANCIBIA - SP260235**  
**GUSTAVO FAVERO VAUGHN - SP375478**

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A contra a decisão mediante a qual dei provimento ao recurso especial da embargada TRADENER LTDA.

A embargante afirma que a decisão é obscura e omissa. Sustenta que o recurso especial interposto pela embargada visa ao reexame de prova, já que busca a alteração do valor estabelecido para os honorários advocatícios.

Em sua impugnação, a embargada afirma que não se depreende da petição de embargos quais seriam as alegadas obscuridades ou omissões. Entende que, por isso, é aplicável ao caso a Súmula 284 do STF. Acrescenta que, diante da natureza condenatória da demanda, a regra aplicável ao caso é a do § 3º do art. 20 do Código de Processo Civil então vigente. Postula a rejeição dos embargos com aplicação de multa.

Sem razão o embargante.

A decisão embargada não é obscura nem omissa. As razões para o provimento do recurso especial foram expostas, com a exposição clara da tese segundo a qual, em sentenças condenatórias, os honorários devem ser fixados de acordo com art. 20, § 3º, do CPC (1973), não com base no § 4º do mesmo dispositivo. Trata-se de fundamento suficiente para o provimento do recurso, o que afasta o entendimento de que haja obscuridade a ser esclarecida ou omissão a ser suprida.

Em face do exposto, rejeito os embargos.

Deixo de aplicar a multa requerida pela embargada, pois não verifico, por ora, propósito protelatório.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

